

A elasticidade do “corpus”

Fernando Villarraga Eslava
Laboratório Corpus: fontes de estudos da linguagem
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

cuerpos que se abren paso entre otros cuerpos
Octavio Paz

I

Não deixa de ser uma curiosa armadilha receber um convite para participar de uma reflexão coletiva sobre o conceito de *corpus* quando se está inserido num deles, pois, como ocorre com as práticas rotineiras, inclusive no campo acadêmico, nossos sentidos ficam um pouco embotados para reconhecer os parâmetros em que se atua. As demandas do dia-a-dia parece que tornam os fatos da vida parte da paisagem natural que nos rodeia. Sem maiores dilemas vamos apagando as linhas do horizonte em função dos objetos que nos ocupam de maneira imediata. Ainda mais quando as exigências do presente se concentram sobretudo em cifras que servem para mensurar todos os atos da existência. Cifras que se traduzem na palavra chave de hoje: produtividade. Por isso, em raras ocasiões nos detemos para indagar se os traços do *corpus* que nos identifica como sujeitos do fazer cognitivo ou simbólico são os mesmos de ontem, se estes sofreram alguma alteração orgânica ou social, se ainda estão ligados à lógica original que lhes dava sua razão de ser como unidade particular ou se é pertinente seguir considerando-os como elementos de um conjunto coerente e coeso. É que na atualidade estamos presos à dinâmica dos índices que definem o volume do que se faz na esfera do que algum dia se chamou a práxis intelectual. Para muitos dos que transitam pela esfera acadêmica o prioritário se expressa na participação em eventos e na ampliação dos

dados do *currículum*. Pouco ou nada interessam a natureza e o caráter do que se fala e/ou escreve. Só basta confrontar as estatísticas da *produção* universitária. Para tantos mestres ou doutores requiere-se um número xis de cursos, palestras, congressos, artigos, etc., já que existem leis para garantir a boa saúde do *corpus*. Então, por que escrevo aqui? Por uma razão simples. Porque pertenço a um de índole institucional. Se não fosse membro talvez não teria recebido o convite. Não é uma contradição? Se se explicitam os termos deixa de sê-lo. Como não posso fugir dos requerimentos da instituição, procuro, então, unir o útil ao agradável. Ao mesmo tempo em que incorporo mais um à lista de meus fatos acadêmicos, realizo a reflexão sobre esse conceito que perpassa das mais diferentes formas o repertório vocabular da teoria e da crítica, das práticas educativas e culturais, dos sujeitos que emitem seus discursos da perspectiva acadêmica e intelectual.

Vejam. Apesar das fronteiras que delimitam a existência de cada um dos *corpus* em questão, sejam acadêmicos ou intelectuais, serem cada vez mais difíceis de traçar, já que elas se diluem e misturam, o que se torna visível ao analisar seus signos vitais é o alto grau de parentesco que apresentam. Por isso, o aspecto a ser ressaltado transcende a anedota que me envolve, porque está referido diretamente ao que se nomeia com tal conceito, ao caráter metafórico que adquire na linguagem especializada, isto é, à especificidade que ganha no âmbito de aqueles que se encarregam das atividades cognitivas, tanto dentro como fora dos recintos acadêmicos. Em tal sentido, é possível afirmar que, como sujeito que participa direta ou indiretamente nas “instituições, tradições e formações”¹ que animam a cultura letrada, converto-me em parte integrante de um *corpus*, ou, dependendo das minhas áreas de atuação, posso até figurar de forma simultânea como agente titular de vários; os quais, segundo a retórica dominante, supõem a existência de um conjunto de normas que servem para (auto)regular suas funções como organismos autônomos, cuja *performance* respectiva deve garantir-lhes um lugar na esfera social. Daí que o convite feito para colaborar com esta publicação seja uma das vias que atualizam meus vínculos com alguns dos diferentes *corpus* que ocupam o cenário universitário e institucional.

Na verdade, para quem está hoje inserido na competitiva dinâmica acadêmica e/ou cultural resulta cada vez mais difícil escapar às exigências de participação na multiplicidade de *corpus* que se geram no interior dos espaços dedicados à produção científica, artística e intelectual, resultado, entre outras coisas, da colonização que sofrem por parte da chamada razão instrumental que rege a vida contemporânea e das políticas impulsionadas por alguns de seus próprios agentes responsáveis. Porém, o que o importa observar aqui, sem ignorar toda a problemática que vivem as representações simbólicas e a *episteme* modernas, o que Lyotard identifica com a crise dos grandes relatos², é o caráter que tais *corpus* assumem ao traduzir essa tendência atual à especialização que marca o rumo das *praxis* humanas. Pode-se dizer, então, que sob a bandeira de um olhar que particulariza os fenômenos do universo, evidência das dificuldades para seguir operando com essa categoria central de *totalidade*, o tecido do *corpus* vai se multiplicando numa série de pequenos e médios organismos que, às vezes pela lógica das disputas de poder tão características da vida social, ganham presença inusitada na forma de *corpus* independentes, cuja vida é marcada por uma certa entropia. No território das universidades e dos centros de pesquisa, por exemplo, é bastante notória a proliferação de núcleos, grupos, laboratórios, gabinetes, projetos, convênios, etc., que ao traçarem seus objetivos e interesses proclamam não apenas a especificidade do fazer que os identifica, mas sobretudo a natureza individual e autônoma que os fundamenta e valida para serem reconhecidos institucionalmente.

Sem entrar a discutir a pertinência epistemológica que teria cada um desses espaços ou a relevância para a atividade cognitiva, itens que correspondem à pauta do debate sobre as políticas educativas e as condutas da classe, importa destacar aqui o fato de que na sua

racionalidade operativa se transformam em entidades com jurisdição própria, autarquias da reflexão teórica e crítica, cuja visibilidade quase sempre se projeta em termos de um *corpus* de signos particulares. Que implica isto? Que na prática corriqueira da vida institucional todos esses pequenos e médios organismos que lidam com pesquisa direta, programas de cooperação e atividades de extensão, embora dependam de instâncias superiores para poder sobreviver, seja em termos orçamentários, acadêmicos, científicos ou culturais, recebem um tipo de tratamento que lhes confere a patente de *monadas* autorizadas para funcionar com uma lógica operacional própria. É aqui que entra a acepção metafórica de *corpus*. Em virtude do grau de autonomia que reivindicam para definir seu próprio destino, membros e normas, ainda que dentro da rede de relações e de regras que regulam a célula *mater*, cada um dos organismos que se espalham pelos territórios em questão projeta-se na condição de uma unidade, como um *corpus* articulado aos muitos que transitam como seus congêneres imediatos.

Ora, o dado fundamental que revela essa maneira de catalogar sob um amplo espectro de nomenclaturas os organismos adscritos no mapa institucional da educação, da ciência e da cultura, é a recorrência de uma noção de ordem biológica; a qual, pelos usos e abusos que a linguagem tolera, implica validar a idéia de que pela constituição orgânica dos seres vivos toda espécie se reconhece por suas expressões individuais, portadoras que são de traços que os tornam comuns, mas tendo uma estrutura e uma ordem que lhes garante sua existência particular. Sem dúvida, trata-se da apropriação de um eficaz modelo explicativo formulado numa área específica do conhecimento para caracterizar o heterogêneo campo das práticas e dos fenômenos que o referido mapa registra, uma operação que, por vias nem sempre explícitas, implica equiparar o conjunto de tais organismos a uma espécie biológica que se compõe de *corpus* com uma fisiologia similar. É o que os artifícios da linguagem empregada vão nos dizer. Finalmente, o jogo de relações potenciais que se estabelece entre os elementos de uma espécie supõe também a ligação harmônica entre o todo e as partes, mas sem que se percam os atributos primordiais de cada sujeito, tal como parece confirmar-se na condição biológica dos seres que habitam o mundo natural.

Em síntese, há uma premissa básica que alicerça toda a complexa construção de uma instituição como a universidade, para referir só o espaço no qual se gera esta publicação, e cujo objetivo é o de colocar em análise a consistência de um conceito, que é a de considerá-la, através de um olhar analógico, um ser vivo de natureza autônoma, com todos os órgãos internos regulados para operar, ao igual que outros de sua espécie, na esfera das convenções fixadas pela dinâmica social. Assim, a universidade é pensada sempre como um *corpus* programado para agir de maneira sempre produtiva, dada a estrutura e a ordem que possui, com uma organização fisiologia a disposição das tarefas a serem cumpridas no terreno da cognição e da cultura. Hipoteticamente, é claro. Por isso, segundo tal argumentação, todas as instâncias que a compõem são peças essenciais de um rigoroso e unificado sistema vital, similar, em termos metafóricos, ao que se materializa no corpo humano, isto é, enquanto mecanismo individual as ações que realiza no seu universo de atuação correspondem às de um ente com pulsação própria, capaz de planejar e administrar as energias que a projetam como um dos mais importantes *corpus* sociais. Porém, ao observar-se a racionalidade do organograma interno se constata que cada instância assimila profundamente a concepção que a habilita também como uma entidade singular, a qual, embora mantendo um grau específico de dependência em relação à totalidade da instituição, concretiza-se nos termos de um *corpus* com autonomia própria. É o que produz o fato de todos os centros, núcleos, departamentos, grupos, laboratórios, periódicos ou órgãos equivalentes, proclamarem, na versão particular de cada organismo universitário, seu direito à plena independência para determinar os conteúdos, as metodologias e os objetivos a serem adotados e seguidos pelos integrantes do que se constitui um *corpus* em si.

É nesse sentido que o conceito de *corpus*, seja qual for a denominação empregada, tal como se refere na enumeração acima, está implícito nas práticas e nos fenômenos que dão visibilidade social a um organismo como a universidade. Porque ao pensar, por exemplo, o problema semântico que envolve esta categoria, o *corpus* docente que integra o respectivo *corpus* editorial da revista resolve, por achar pertinente, dedicar um número para debater a questão conceptual do *corpus*, o que o leva a convidar, por afinidade ideológica ou por uma razão estratégica, alguns integrantes do *corpus* acadêmico do curso de Letras, de outros cursos da instituição e/ou de outros *corpus* intelectuais e culturais; número que deverá ser colocado em circulação para os pares dos *corpus* docentes e discentes. Graças, então, a tão elástico tecido corporal é que posso dar aqui também minha versão sobre as acepções e os alcances do termo.

II

Como transita hoje o conceito no cada vez mais heterogêneo e flexível território dos estudos literários? Existe algum consenso sobre sua abrangência semântica? É pertinente ainda seu emprego teórico? As respostas a essas interrogantes só podem ser formuladas a partir do sentido quase sempre implícito que se dá ao conceito nos discursos críticos. Pois, embora ele apareça registrado na linguagem corriqueira dos especialistas, com pleno direito à cidadania, não há uma delimitação específica e clara de seus alcances e implicações, dada a variedade de suas conotações ao referir objetos bastante dissimétricos. Todavia, de modo geral, percebe-se que se recorre a seu emprego constante para outorgar coerência e unidade aos materiais e processos que dão vida à literatura, aos sistemas nacionais, à produção geral de uma corrente ou de um autor, às representações ficcionais ou poéticas que realizam os grupos sociais, isto é, como ocorre nas distintas situações descritas no ponto anterior, sob o conceito de *corpus* vão se agrupar e nomear uma série de fenômenos que apesar de seu grau de parentesco não são os mesmos. Portanto, há um amplo espectro de formas de registrá-lo, seja no momento de analisar e interpretar manifestações que individual ou coletivamente conformam um hipotético conjunto, seja na hora de reunir textos e/ou obras que apresentam algum traço estético comum ou procedimentos técnicos e formais de natureza similar.

Quicá onde maior relevância cobra a idéia de *corpus* como sistema orgânico e coeso seja no caso das diversas definições de literatura nacional. Sem dúvida, é no âmbito desse território particular, que se constrói no marco de coordenadas de tempo e espaço, pela ação consciente e evolutiva tanto de autores e de obras quanto de certos discursos, onde emerge com feroz força metafórica, mais que em qualquer outro lugar, a noção de *corpus*. Quando se observam os enfoques que a historiografia implementa, por exemplo, para estabelecer o mapa, os monumentos e os próceres da república literária, evidencia-se que tal noção é um de seus principais suportes metodológicos, por persistir em todos a premissa essencial de que a literatura de um país é uma espécie de ente com fisiologia própria. Daí a projeção de traços característicos que lhe dão a identidade de um ser particular, que o distinguem dos outros que se reconhecem como seus congêneres da espécie, inclusive nos casos em que, por razões históricas e culturais, é gerado a partir de uma outra matriz, tal como seria o que acontece com as chamadas literaturas coloniais. Em qualquer concretização discursiva, que é a que efetiva socialmente a materialidade de uma literatura nacional, esta aparece, então, identificada como um organismo vivo que tem uma evolução histórica, marcada tanto pela unidade de suas correntes internas quanto pela ação coordenada das obras individuais que se ligam numa totalidade.

Sem entrar a discutir aqui a validade dos pressupostos historiográficos, o que já se faz no marco da polémica levantada pela emergência das manifestações pós-modernas, as quais

colocam em xeque as categorias centrais da arte e da cultura ocidentais -entre elas as que dizem respeito, justamente, ao caráter nacional de uma literatura-, é importante assinalar que a aplicação de tais pressupostos implica considerar a existência de um *corpus* com sua fisionomia própria. Supõe-se que dentro das fronteiras geográficas de um território, o Brasil, por exemplo, desde uma determinada época histórica, quase sempre a que coincide com o movimento barroco, certos registros de uma língua escrita, o português com feição de além-mar, vão constituir uma rede coerente e organizada que ganha dimensão individual como organismo autônomo. É o que lhe confere o caráter específico de nacional. Assim, as referências ao *corpus* da literatura brasileira que podemos encontrar em trabalhos críticos e/ou históricos partem da aceitação tácita, não obstante as possíveis divergências sobre o papel e o valor de obras e autores, de que há uma linha de continuidade e diversos pontos de união entre todos os elementos que lhe dão forma, pois, segundo a metáfora biológica, para se manter vivo precisa, por um lado, possuir uma estrutura e uma ordem particulares, e ser nutrido pelas energias que emanam do diálogo entre o presente e a tradição, por outro.

Por isso, quando se fala de literatura brasileira enquanto *corpus* único e total, termos estes imbricados na sua natureza particular, e sem os quais não haveria identidade, está se incorporando à linguagem teórica e crítica um instrumento conceptual importado de outra disciplina do conhecimento, mas cuja operacionalidade facilita a tarefa ideológica de criar a grande metáfora em relação às expressões literárias nacionais. Se essa literatura existe, é por ser um sistema orgânico com músculos e nervos, ossatura e órgãos, células e neurônios, com mecanismos que lhe asseguram seu pleno funcionamento, projetando-a, junto a outras literaturas nacionais, no amplíssimo e elástico *corpus* da chamada literatura ocidental. É por essa via que se validam as distinções que servem para reconhecer cada literatura como nacional. Por que sabemos que uma obra é brasileira ou portuguesa? Porque ela se insere no tecido de um *corpus* respectivo sem provocar-lhe nenhum desajuste ou transformação vital, inclusive em aquelas situações, tal como se pode verificar na sucessão de *ismos*, em que apresenta algum sintoma de renovação estética. Mais ainda. A diferença do homônimo biológico, tal *corpus* literário nacional, ao estar regido por leis evolutivas que preservam sua integridade artística e cultural, torna-se, mesmo estando exposto à lógica de processos internos e aos fluidos do ambiente social no qual circula, um organismo imune ao vírus da passagem do tempo e aos ataques que certas modas intelectuais lhe dirigem. Quem duvida que ainda hoje em plena globalização contamos com um *corpus* literário saudável?

Por analogia emprega-se a imagem do *corpus* para reafirmar a existência material e o perfil simbólico de uma literatura que expressaria o devir humano e a identidade histórica de uma nação. Eis a questão! Na verdade, acredita-se que, enquanto sistema unificado nas flexíveis margens de uma totalidade, a literatura nacional teria uma natureza particular, com suas etapas, correntes, temáticas e obras, assim como seus gêneros, problemas e autores, os itens que de maneira geral interferem na sua constituição, articulados por um movimento de diástole e sístole na medida em que participa de um conjunto maior na condição de *corpus* singular. Como se observou em linhas anteriores, ao se falar em literatura ocidental está se aludindo a uma série de literaturas nacionais que teriam certos núcleos de convergência, os quais, pelo menos em tese, funcionariam nos dois sentidos assinalados, de retração e de expansão na medida em que participam como unidades menores de um *corpus* abrangente. Deve-se lembrar aqui a angústia periférica que vivem algumas literaturas pela necessidade de se integrar ao modelo civilizatório que impõem certas sociedades européias. Enfim, com ou sem recalque, a idéia dominante é a de conformar um *corpus* literário nacional digno das qualidades artísticas daquele que o deve absorver, seja qual for sua natureza individual.

Por outro lado, se há um consenso em relação à existência de cada literatura nacional, independentemente da posição metropolitana ou periférica que ocupam, é inegável

que às vezes no interior delas mesmas irrompem forças que proclamam a constituição de pequenos *corpus* regionais. Em alguns países da América Latina, por exemplo, é comum a tendência de certos historiadores e críticos a considerar que não existe literatura nacional sem a nítida presença de sistemas locais, seja em virtude das diferenças culturais que caracterizam suas regiões ou em razão das peculiaridades que adotam as práticas literárias em ditos âmbitos. Isso quando não se apela ao simples critério da divisão administrativa e/ou geográfica. Daí que ao percorrer as estantes do mercado editorial, para mencionar um lugar privilegiado onde se projeta tal tendência, nos defrontamos com uma série de títulos que corroboram a suposta existência de uma poesia baiana, de uma narrativa gaúcha, de um conto mineiro, de uma crônica carioca, manifestações devidamente registradas nos dicionários de autores e/ou nas histórias literárias dos respectivos estados. Em outros casos, serão algumas disciplinas que integram os programas acadêmicos dos cursos de letras os que venham a confirmar, por um sentimento de índole nada teórica, a concretude da literatura sergipana, paranaense, etc.

Em qualquer uma das variantes em questão assume-se, implícita ou explicitamente, que há um *corpus* diferenciado de obras e autores, não importando que, como é freqüente, o fator determinante seja o aspecto biográfico: ter nascido no lugar. De uma perspectiva mais teórica pode ser um argumento frágil, mas para quem articula essa visão ideológica o que interessa é remarcar a idéia de que enquanto conjunto ele mantém unidade e coerência, e, sobretudo, que funciona como *um* organismo facilmente identificável por apresentar traços singulares. Portanto, é claro que a noção biológica que fundamenta os exercícios da crítica e da historiografia literárias permite construir uma gama de *corpus* cuja natureza, de acordo com as demandas e expectativas do sujeito que realiza a enunciação discursiva, desdobra-se nas individualidades do que é regional, nacional e/ou ocidental, sem que haja qualquer sinal de contradição nesse processo simultâneo de figurar em uma ou várias ordens. Lembremos como a obra de alguns escritores brasileiros é inscrita segundo essa lógica operacional. É a situação emblemática de um Guimarães Rosa ou de um Erico Veríssimo. São expoentes da literatura mineira e gaúcha, pelas temáticas abordadas e pela origem geográfica, com um lugar privilegiado no *corpus* da literatura nacional, dada a qualidade artística que revelam suas linguagens ficcionais, o que lhes garante, em virtude da suposta universalidade que revelam, ser membros do elástico *corpus* da literatura ocidental.

Há ainda outros usos do conceito que fazem parte do repertório vocabular da crítica. Vejamos. Em muitas ocasiões emprega-se para referir a seleção ou a recopilação de textos de um autor ou de uma corrente que se realiza com fins antológicos. Fala-se assim de que existe um *corpus* de materiais que apresentam a indispensável unidade e coerência para serem reunidos numa publicação. Outras vezes, quando nas rotinas acadêmicas se discute um projeto de pesquisa entre os pares, as indagações sobre o *corpus* emergem para entender suas dimensões e alcances, para determinar a pertinência ou não da mesma. Em tais casos, o sentido que adota é o de uma série de obras ou de expressões que se ligam pela presença de traços comuns ou de uma problemática geral, o que permite, por conseqüência, abordá-las da perspectiva hermenêutica que orienta o projeto. É freqüente também a identificação do *corpus* com o núcleo do que se procura analisar e interpretar. Aqui, sem maior precisão semântica, o conceito se estílica para nomear o que supostamente é o cerne do fazer crítico, a elaboração do objeto teórico ou crítico que se quer resolver em termos cognitivos. Enfim, resulta evidente que, como *cuerpos que se abren paso entre otros cuerpos*, os usos e abusos do conceito lhe dão uma rara plasticidade ao multiplicá-lo nas suas elásticas accepções.

III

Desenhados os pontos principais da cartografia que se desenvolve em torno do *corpus* como categoria conceptual, devem-se assinalar, ainda que de forma muito sintética, alguns dos problemas mais relevantes que comporta sua implementação no território dos estudos literários. Vista sob as lentes das forças intelectuais que vem implodindo o outrora sólido edifício do pensamento moderno, um fato que independe das nossas vontades apocalípticas ou integradas, pode-se dizer que essa categoria sempre esteve ao serviço de discursos cuja racionalidade estava direcionada para a construção de objetos harmônicos, livres de marcas ou signos contraditórios, já que o modelo referencial adotado era o de um organismo vivo capaz de manter sua autonomia individual na relação com os outros de sua espécie. É o que observamos nas histórias da literatura brasileira, por exemplo. Em muitas delas percebe-se, respeitadas as variações de enfoque e nomenclatura e dos juízos valorativos sobre autores e obras, que há coincidências metodológicas na hora de dar-lhe um conteúdo e uma evolução orgânica, de atribuir-lhe coesão às tendências internas, de reconhecer que tem fortes elos de unidade e que se projeta como totalidade, em razão da concepção metafórica que a associa a um *corpus* biológico. É no artifício de equiparar o *corpus* da literatura nacional a um ente cuja fisiologia funciona pelo sincronismo de seus órgãos que a metáfora descansa.

Ora, o aspecto problemático que se desprende de tais práticas historiográficas é, sem dúvida, a maneira como o *corpus* adquire fisionomia significativa, pois, para destacá-lo em termos de sua singularidade e valor artísticos, adotam-se premissas e critérios que levam a ignorar alguns registros dissonantes, a deixar de lado expressões que desajustam o cânone, a realizar uma profilaxia estética do que afeta a suposta integridade do organismo literário, sem considerar a relevância e a significação que possam ter nos seus espaços de circulação. Na verdade, trata-se de uma atitude crítica que reafirma a idéia chave de ser a literatura nacional um *corpus* cuja história ratificaria sua unidade vital, apesar de alguns períodos de crise ou dos ataques que sofre por parte de agentes *nocivos*, os quais, ainda que afetem sua saúde artística, são superados pela energia que vai ganhando na sua evolução temporal. Daí a coincidência dos discursos da historiografia nacional ao ressaltar a coerência funcional de um *corpus* literário que se constitui na sua unidade de vida. Se existe literatura brasileira é porque ela foi se conformando ao longo de distintas épocas e através de diversas correntes internas, isto é, porque teve um desenvolvimento progressivo enquanto organismo singular e totalidade unificada. Eis o ponto nevrálgico.

Se se examinam os alicerces teóricos dos construtos historiográficos vemos que para a definição do *corpus* nacional é necessário realizar alguns recortes cirúrgicos. Por isso, de acordo com a concepção dominante do que é literatura, ficam de fora as manifestações que não estão inscritas na tradição letrada, as que por qualquer razão ideológica ou formal não preenchem os requisitos do saber ilustrado, tal como seria o caso das chamadas literaturas populares, cujo mecanismo de expressão é fundamentalmente a oralidade. Mas não apenas as que estão ligadas a práticas simbólicas de origem *inculto*. Também não se consideram as que, ainda fazendo uso da escrita, estão adscritas à lógica da indústria cultural, aquelas para cuja identificação recorre-se a um adjetivo: literatura de massa, literatura trivial, literatura esotérica, etc. A exclusão responde aqui às exigências do objeto literário ter de gerar uma fruição que desperte um processo reflexivo no leitor, pois, em virtude de uma tese clássica, a verdadeira literatura transcende as banalidades do mero divertimento. É a forte crença da arte moderna. Além disso, sobre certas bases judicativas de caráter aparentemente artístico, às vezes se isolam obras e movimentos que ameaçam o equilíbrio mental e físico do *corpus*, já que se apresentam como vírus mortais por sua radicalidade ou inédito experimentalismo literário. Basta lembrar o que aconteceu entre nós com a obra de Sôsaândrade, o romance **Zero** ou a

poesia marginal dos anos 70. Claro que depois, pela vitalidade da ossatura e a elasticidade do tecido muscular, foram sendo reabsorvidos, embora outros títulos e autores não tenham tido tal sorte. Porém, o aspecto essencial que precisa ser assinalado é que a categoria metafórica empregada pela historiografia tradicional implica pensar o processo literário de uma nação sob a lógica de sua equivalência com os organismos biológicos.

Finalmente, no momento em que tanto se discute a pertinência e a validade de todo o instrumental cognitivo que a modernidade criou, em que se efetuam rituais discursivos para desconstruir suas categorias principais, em que se defende a natureza heterogênea e plural das práticas simbólicas e das formas de representação, resulta oportuno indagar se a solidez da metáfora do corpo não precisa ser revisada perante a contundência dos fatos que ganham relevo na cultura contemporânea. Tudo indica que sim. Só que o apego aos nossos velhos hábitos mentais nos levam a resistir, a enxergar nas reclamações atuais estratégias perversas para dar presença ao efêmero e ao superficial, aos fenômenos de um mundo que, dizem as boas línguas, tornou-se uma tela virtual para a exibição de simulacros. Daí a defesa heróica que alguns fazem das *altas literaturas*. Porque no *corpus* respeitável seja da nossa literatura nacional ou da ocidental não cabem as baixas ou inferiores. Seu organismo não as admite. As rejeita. Mas hoje vemos que das margens e periferias sociais surgem vozes isoladas que reclamam o direito à palavra escrita, que preferem outras gramáticas e, mais importante ainda, não têm qualquer pretensão de incorporar-se a *corpus* unificados.

Quicá a saída para quem assume o desafio de compreender a lógica que perpassa as noções de gênero, identidade, tribos, pluralidade, etc., que hoje preenchem as gôndolas do heterogêneo mercado acadêmico e intelectual, seja a de se desvencilhar de certas categorias que, não obstante as boas intenções, das quais o inferno está cheio, levam à abordagem dos processos do campo literário e artístico em termos de *um* sistema plenamente organizado, com leis que o regulam e lhe conferem seu caráter universal. Desafio que implica também perguntar-se o que é literatura nos dias atuais e se é possível recorrer ainda à premissa que alicerça o *corpus* literário nacional. Será que para Arnaldo Antunes e Ferréz, Paulo Coelho e Isaías Pessotti, Camero Martán e Patrícia Melo, a palavra escrita tem a mesma potência e carga simbólica? Será que como escritores eles se consideram cidadãos da mesma nação? Ou, será que seus livros e textos esticam tanto o *corpus* literário que ele termina ferido mortalmente? As respostas...

Notas

¹ Cfr. Raymond Williams. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Península, 1980.

² Cfr. Françoise Lyotard. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.